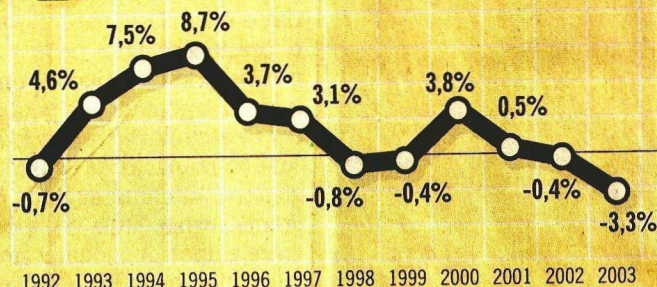


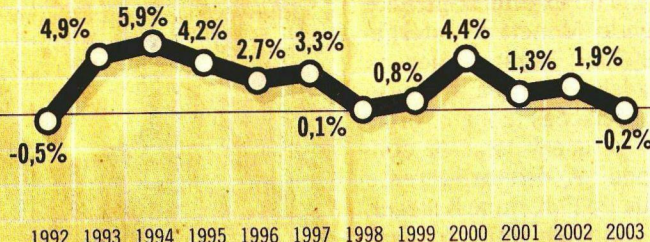
A falta de fôlego da economia brasileira



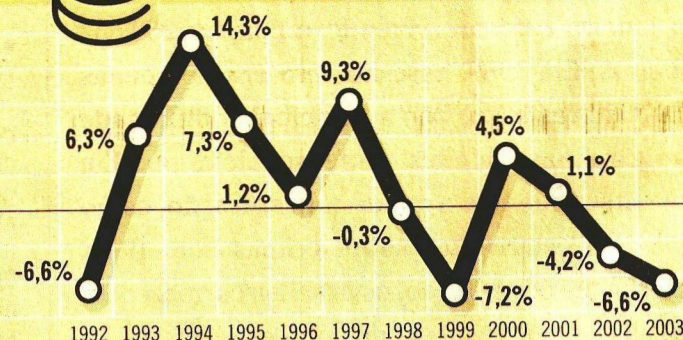
CONSUMO DAS FAMÍLIAS NA DÉCADA



A EVOLUÇÃO DO PIB NA DÉCADA



INVESTIMENTO TAMBÉM EM QUEDA



Fonte: IBGE

Cresce pressão por resultados

Técnicos e políticos, de dentro e de fora do governo, cobram mudanças na agenda econômica

Valdeir Caetano

BRASÍLIA

A política econômica mergulhou numa encruzilhada após a divulgação da queda de 0,2% do PIB em 2003. As pressões por mudanças, de dentro e de fora do governo, aumentaram ao longo da última semana. No campo político, a oposição ganhou um forte argumento para criticar o governo Lula, e os governistas cobram mudanças para dar uma resposta. No Congresso, já se trabalha com o prazo informal de até abril para manter o respaldo ao programa.

É consenso entre a maioria dos economistas que, apesar das adversidades, este será mesmo o ano do crescimento econômico, não importa a crise política atual ou a cobrança crescente por aumento de gastos. Para eles, crescer em 2004 será inevitável, pois o governo colherá os frutos do severo ajuste feito em 2003. Mas o problema é o que vai acontecer com a economia a partir de 2005.

A avaliação é que no próximo ano os juros já terão chegado ao patamar suportável no que se refere a manter a inflação sob controle (de 8% a 9% reais), e a economia precisará de outros estímulos.

Tudo indica que o Brasil cresce em um ritmo bom, mas não explosivo — diz o ex-diretor do Banco Central (BC) Sergio Werlang, hoje no Itaú, para quem a expansão nos próximos anos dependerá de o governo levar adiante a chamada agenda microeconômica.

À espera de novas regras do Fundo

Mas pressões e ameaças dificilmente demoverão a equipe econômica de persistir com o atual modelo. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tem demonstrado a pessoas próximas não se abalar com as críticas. A amigos têm confidenciado que, na condução da política econômica, prevalecem o bom senso e o equilíbrio, dentro das regras já fixadas.

A equipe do Ministério da Fazenda está certa de que é possível crescer com um modelo que prevê superávit de 4,25% do PIB, reduzir a dívida pública e manter a austeridade nos juros para combater a inflação.

Nem mesmo o manifesto reivindicando ajustes na política econômica divulgado sexta-feira pelo PT deverá influenciar nos rumos da política econômica. O ministro Palocci, comentam interlocutores, é um homem de partido, mas tem consciência de que uma coisa é o partido político e outra, administrar a economia.

Na Esplanada dos Ministérios, Pa-

loci também continua com respaldo. Alguns dos ministros que defendem um viés mais desenvolvimentista garantem estar convencidos de que a política econômica é irreversível e o tamanho do superávit, ou mesmo a taxa de juros de 16,5% ao ano, não vão impedir o país de crescer.

Três deles, Roberto Rodrigues, da Agricultura, Ricardo Berzoini, do Trabalho, e Jacques Wagner, secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), garantem que os números que apontam para crescimento de 3,5% este ano já começam a aparecer.

A política do Palocci tem muita consistência. Estou atraído pelo projeto dele. Superávit alto para manter a inflação e abater dívida abre caminho para um crescimento consistente — diz Rodrigues, enquanto Wagner está entre os que acreditam que, caso o presidente Lula consiga convencer o Fundo Monetário Internacional (FMI) a flexibilizar as regras do cálculo do superávit, será melhor para o país.

Economia cresce, sem sustentação

Já para o economista do Ipea Fábio Giambiagi, o nó do crescimento este ano está mais condicionado à política monetária do que à fiscal. Ele acha que se o BC retomar a trajetória de queda dos juros será possível, sim, crescer 3,5%. Mas diz que é preciso que os juros voltem a cair, mesmo que em ritmo lento, para que os investimentos no setor produtivo aumentem.

Segundo o economista Gesner de Oliveira, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2004 o crescimento virá devido ao severo ajuste de 2003. Mas, acentua, falta sustentação:

— Este ano a economia cresce no arrasto: pelo efeito estatístico e pelas exportações, mas não tem renda para sustentar o crescimento. O BC em vez de olhar para a banda larga da meta de inflação mira o meio. Isto inviabiliza o crescimento.

Para o diretor do Departamento de Conjuntura Econômica da Unicamp, Ricardo Carneiro, a economia acaba direcionada para o pagamento de juros e mesmo assim o governo não consegue estancar o endividamento:

— Mas, dada a abertura comercial, financeira, e o acordo com o FMI, o governo não tem como usar o gasto público para reativar a economia. Na semana passada, o próprio presidente do PT, José Genoino, deu uma entrevista ao site do partido exigindo mais ousadia na política econômica. A reivindicação rapidamente encontrou eco em outros partidos:



O MINISTRO Palocci: a amigos, diz que é preciso fazer o bom senso prevalecer

— Em 2003, recessão; este ano, crise política. O governo precisa buscar o diálogo com a oposição — diz o líder do PFL, José Carlos Aleluia.

— É preciso ter uma agenda de desenvolvimento muito forte que permita que o país cresça. A queda do PIB em 2003 demonstra a necessidade de o governo implantar

uma política mais audaciosa e de ação mais rápida — diz o deputado Renato Casagrande, líder do PSB.

Pela incerteza do que pode ocorrer a partir de 2003, Palocci já deu um ponto de inflexão ao lançar a discussão sobre o Brasil adotar um sistema de superávit anticíclico. Mas nem todo mundo acredita em

DO QUE O PAÍS PRECISA, SEGUNDO OS ANALISTAS

• **AGÊNCIAS:** Novo arcabouço legal para as agências reguladoras. Os analistas pedem mandatos eletivos para que as agências não dependam de ingerências políticas.

• **REGRAS:** Regulamentação específica dos setores de energia elétrica, telecomunicações, transportes, saneamento, seguros e petróleo. Segundo os especialistas, o atual governo se preocupa com os consumidores e não com os investidores.

• **CRÉDITO:** Aumento da eficiência do mercado de crédito: aprovação da nova lei de falências, redução de compulsórios, criação do cadastro financeiro positivo e reforma do Judiciário para dar mais segurança ao investidor.

• **ALCA:** Negociação ampla com a Alca para tornar a economia mais aberta. Segundo os especialistas, isto aumentará o comércio com reflexos na renda da população.

• **EDUCAÇÃO:** Políticas educacionais. Investimentos de qualidade na educação fundamental. Ensino superior público pago.

• **PESQUISA:** Uma política industrial simples, baseada em incentivos, investimento em pesquisa e pós-graduação de excelência no país.

• **BC:** O projeto de autonomia do Banco Central teria de ser aprovado. Segundo os especialistas, um BC que age sem interferência política tende a ter mais credibilidade.

• **TRABALHO:** Uma legislação trabalhista moderna capaz de levar os trabalhadores informais para a formalidade.

flexibilização das regras pelo FMI.

— O FMI não vai alterar as regras. O acordo com o Fundo acaba em poucos meses e, a partir daí, o governo terá autonomia para mudar as regras. Mas não creio que o faça — afirma o ex-ministro Mailson da Nóbrega. (Colaboraram Enio Vieira e Regina Alvarez). ■